

CENÁRIO ESTELAR
III EDIÇÃO - MAIO 2023

PENSANDO A

CIDADE

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACIG

CENÁRIO ESTELAR!

@Centro Universitário UNIFACIG. Todos os direitos reservados.
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou para qualquer fim comercial.

Edição e Distribuição Curso de Direito

INSTITUCIONAL
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACIG

THALES REIS HANNAS

Reitor

RITA DE CÁSSIA MARTINS DE OLIVEIRA VENTURA

Pró-Reitora de Operações Acadêmicas

ANANDY KASSIS ALVIM-HANNAS

Pró-Reitora de Comunicação e Marketing

IGOR DE SOUZA RODRIGUES

Coordenador do Curso de Direito

ISABELLE WERNER BRÍSSIO

Coordenadora dos Cursos de Gerenciais

LIDIANE HOTT DE FÚCIO BORGES

Coordenadora dos Cursos de Pedagogia e Licenciaturas

REVISTA COLABORATIVA CENÁRIO ESTELAR!

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

ANANDY KASSIS ALVIM-HANNAS

Pró-Reitora de Comunicação e Marketing

CAMILA VIANA CERQUEIRA

JOYCE JANE DE A. PEREIRA ALTINO

JONATHAN MENDES RODRIGUES

Comunicação e Marketing

IGOR DE SOUZA RODRIGUES

Coordenador do Curso de Direito

CORPO EDITORIAL

IGOR DE SOUZA RODRIGUES

ANA ROSA CAMPOS

ANDRÉIA ALMEIDA MENDES

ANTÔNIO CARLOS VICTOR AMARAL

BÁRBARA AMARANTO DE SOUZA RIBEIRO

CAMILA BRAGA CORRÊA

ELIANA PACHECO GUIMARÃES

JOÃO VICTOR CARVALHO

MARCELO MOREIRA

MILENA CIRQUEIRA TEMER

REINALDO PINTO LARA

VANESSA MOREIRA SANTOS SOARES

JOYCE JANE DE ALMEIDA PEREIRA ALTINO

Diagramação e Design

Quer falar com a redação?

cenarioEstelar@UNIFACIG.edu.br

Av. Getúlio Vargas, 733, Coqueiro,

Manhuaçu – MG

Telefone: (33) 3339-5500

www.blog.UNIFACIG.edu.br

www.UNIFACIG.edu.br/

Nos siga nas Redes Sociais



Revista Colaborativa Cenário Estelar Centro Universitário UNIFACIG.

Anandy kassis Alvim-Hannas (organizadora), Igor de Souza Rodrigues (organizador), Jonathan Mendes Rodrigues (organizador) Camila Aparecida Viana Cerqueira (organizadora), Joyce Jane de A. P. Altino (organizadora e diagramadora). Manhuaçu-MG. III Ed. – mai. 2023.

40 p.; 21cm x 29,7 cm.

ISBN DIGITAL: 978-65-89250-17-3

1. Interação 2. Entretenimento 3. Direito 4. Cultura 5. Ciência. I Anandy kassis Alvim-Hananas (org.) II. Igor de Souza Rodrigues (org.) III. Jonathan Mendes Rodrigues (org.) IV. Camila Aparecida Viana Cerqueira (org.) V. Joyce Jane de A. P. Altino (org.) VI Unifacig

I ENTRETENIMENTO

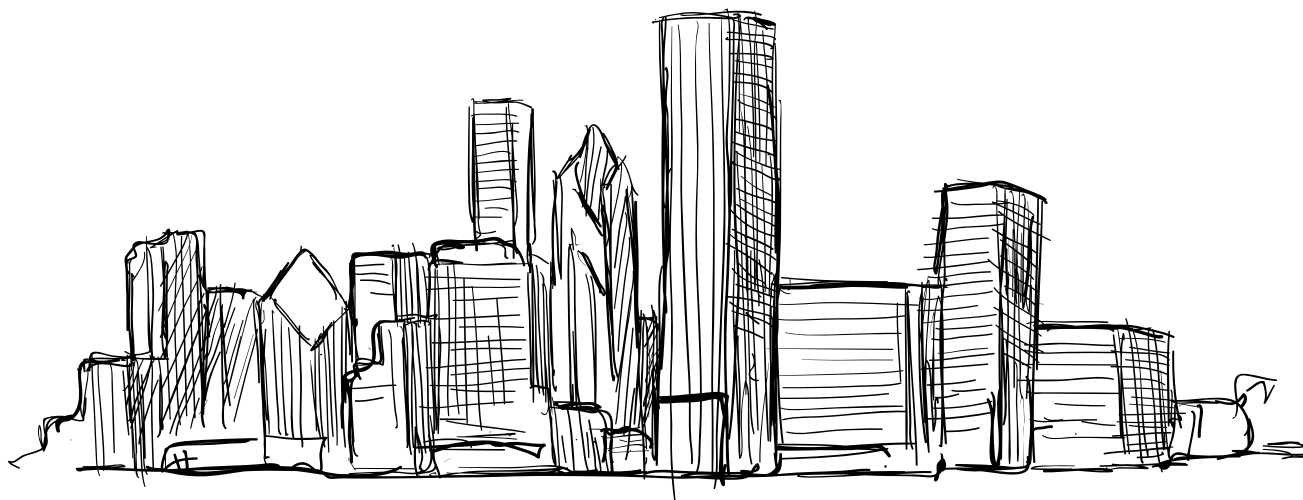
APRESENTAÇÃO

Esta edição da revista Cenário Estelar está voltada para a discussões sobre as cidades, especialmente Manhuaçu - MG. Procuramos de forma interativa pensar aspectos que envolvem o universo urbano e rural, tal como o estatuto das cidades, a relação entre o histórico e o turístico, a aplicação da inteligência no urbano e o debate sobre monumentos históricos ligados à opressão.

A Cenário Estelar conta com uma série de colaboradores como forma ampliar a relação entre o campo acadêmico e a sociedade civil, discute-se uma série de questões ligadas ao debate público e as agendas políticas e governamentais. Abordamos o tema da inteligência artificial, a importância da cultura para o desenvolvimento acadêmico e a construção dos movimentos populares.

O leitor encontrará, nesta edição, informações sobre as atividades realizadas na instituição, sobre a agenda da comunidade acadêmica, textos jurídicos, entrevistas, matérias de entretenimento e outros temas variados. As páginas da Cenário Estelar contêm interatividade com as mais importantes plataformas digitais, através de links, QR Codes, podcasts, entre outras ferramentas.

Boa Leitura!

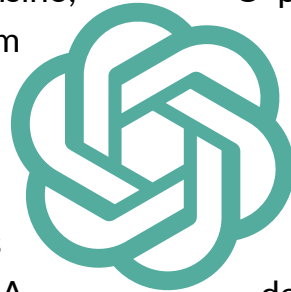


PENSANDO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:

Pesquisadores do Centro Universitário UNIFACIG debatem o uso da tecnologia

Pesquisadores e gestores de inovação do Centro Universitário Unifacig têm realizado através do centro de Tecnologia, Ensino, Inovação e Aprendizagem (TEIA) um longo debate sobre a Inteligência Artificial (IA).. O principal objetivo é entender melhor o contexto de aplicação da tecnologia, suas limitações e potencialidades. A discussão tem buscado dialogar com as inteligências artificiais, “de que maneira podemos pensar o processo de ensino e aprendizagem com a IA?” – questionam os pesquisadores.

O processo de reformulação passa por pensar cada vez mais soluções e respostas para problemas locais, a ênfase na criatividade, na oralidade e na valorização da subjetividade, a intensificação das avaliações de habilidade, performances e competências. Realizamos perguntas ao Chat GPT sobre os seus pontos fortes e fracos. Confira as respostas:



Chat



Você pode nos ajudar?

Certamente! Em que posso ajudar você?



Chat GPT quais são seus pontos fortes, de forma resumida?

Os pontos fortes do ChatGPT são:

1. Geração de texto de alta qualidade
2. Ampla base de conhecimento
3. Adaptabilidade para diferentes casos de uso
4. Velocidade e disponibilidade
5. Interatividade em tempo real
6. Aprendizado contínuo
7. Versatilidade para diversas tarefas
8. Facilidade de uso e integração com outras aplicações



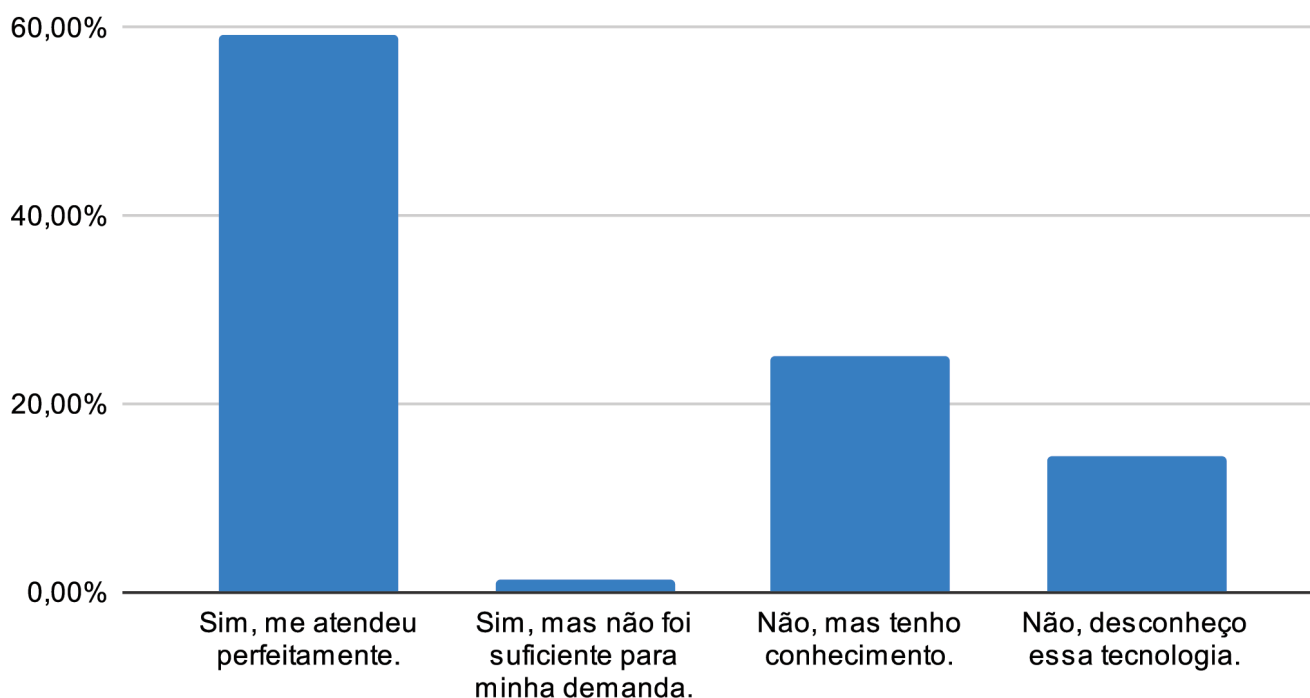
Mas e seus pontos fracos?

Os pontos fracos do ChatGPT podem ser resumidos em:

1. Possíveis respostas incorretas ou imprecisas
2. O ChatGPT pode ter dificuldades em compreender nuances sutis e contextos complexos, resultando em respostas inadequadas
3. Dependência de dados de treinamento, limitações em áreas com dados de treinamento limitados
4. O ChatGPT é uma IA e não possui a capacidade de compreender emoções humanas de forma profunda
5. O ChatGPT pode ser influenciado pelo viés presente nos dados de treinamento, o que pode resultar em respostas com viés implícito ou explícito, levantando preocupações éticas e de equidade.
6. Falta de raciocínio lógico: Embora seja capaz de gerar texto coeso, o ChatGPT pode ter limitações em termos de raciocínio lógico e habilidades de resolução de problemas complexos.



Você já fez uso da Inteligência Artificial (IA)?



A Inteligência Artificial já está transformando a maneira como trabalhamos e a forma como as empresas operam. Com o uso de algoritmos e sistemas automatizados, a IA está cada vez mais presente em diversos setores da economia, desde a indústria até a área de serviços, e tem o potencial de influenciar significativamente o futuro das profissões.

A IA é capaz de processar grandes quantidades de dados em tempo real e oferecer *insights* valiosos para tomadas de decisões. Essa capacidade pode ser aplicada em áreas como medicina, finanças, logística e marketing, entre outras, trazendo ganhos de eficiência, produtividade e qualidade de serviço.

No entanto, a automação de processos também pode trazer preocupações em relação ao futuro do mercado de trabalho. Algumas profissões que atualmente requerem trabalho manual ou tarefas repetitivas podem ser substituídas por sistemas automatizados, o que pode levar a um impacto significativo no emprego e na renda de milhões de pessoas em todo o mundo.

Por outro lado, a IA também cria novas oportunidades de emprego e novas

as.
ideia

- 🌟 | Produtos personalizados
- 🖌️ | Design Gráfico
- 🍷 | Canecas com tirantes, copos, crachás...
- 💳 | pix, cartão de crédito, boleto
- 📞 | Chama no WhatsApp - (33)98447-2193



@as.ideaiaa

profissões, como engenheiros de IA, cientistas de dados, especialistas em cibersegurança e desenvolvedores de chatbots e assistentes virtuais, por exemplo.

Portanto, a influência da IA no futuro das profissões depende muito do quão bem as pessoas estão preparadas para lidar com as mudanças que ela traz. É necessário investir em formação e treinamento para garantir que os profissionais estejam atualizados com as últimas tecnologias e possam adaptar-se às novas demandas do mercado.

“a influência da IA no futuro das profissões depende muito do quão bem as pessoas estão preparadas para lidar com as mudanças que ela traz”

Além disso, é importante que as empresas e os governos criem políticas que incentivem a inovação e a adoção responsável da IA, para garantir que seus benefícios sejam aproveitados pela sociedade como um todo.

Em resumo, a IA tem o potencial de transformar profundamente o mercado de trabalho e as profissões, mas isso não significa que os humanos serão completamente substituídos por máquinas. É importante que os profissionais sejam capazes de se adaptar e encontrar novas oportunidades no mercado de trabalho, enquanto as empresas e os governos promovem a inovação e a adoção responsável da IA para maximizar seus benefícios para a sociedade.

Se você gostou do texto acima, saiba que ele foi escrito integralmente pelo ChatGPT, uma Inteligência Artificial desenvolvida pela OpenAI com base na arquitetura GPT (Generative Pre-trained Transformer). O ChatGPT é capaz de entender e responder a perguntas, participar de conversas e até mesmo gerar textos a partir de uma determinada entrada de dados. Simplesmente colocamos a pergunta: Como a Inteligência Artificial irá impactar o futuro das profissões? E a resposta, foi o texto que você leu! Incrível, não é? E você? está preparado para lidar com as transformações que estão chegando por aí? Clique aqui e responda ao questionário!



Cervejaria Uppsala®

 Chopp Artesanal & Petiscos

 Quarta a Sábado 19h00 as 00h00

 Domingo 13h00 as 21h00

 Manhuaçu (Clique aqui - Link GPS abaixo)



IMPORTÂNCIA DO ENRIQUECIMENTO CULTURAL ACADÊMICO

por Isabela Fernandes Rodrigues



Muito se pensa ao longo do curso, mas principalmente ao final, o que faremos em seguida com relação à carreira que iremos escolher. Entretanto, o acadêmico esquece que tem a terrível mania de pensar apenas no resultado, e não no processo. A única preocupação dos alunos, muitas vezes, resume-se a passar em provas, fazer os trabalhos da maneira mais simples possível, finalizar o TCC e pegar o diploma, mas... será que a vida acadêmica se resume a isso?

Quando decidimos cursar uma faculdade, pensamos em um futuro melhor, mais promissor e com diversas oportunidades, porém, esquecemos de que o mercado está saturado de profissionais que carregam em seu currículo apenas o diploma. Deste modo, o que podemos fazer para nos destacar dos demais? Um bom profissional é um eterno aluno, por estar sempre na condição de aprendiz de coisas novas para incrementar a sua trajetória. Ele é aquele que procurará uma pós-graduação, um mestrado, palestras, cursos de especialização, mas principalmente, procurará a cultura e o conhecimento através destes recursos.

Nós, como acadêmicos, devemos aproveitar as oportunidades que nos são dadas na nossa instituição, como por exemplo os eventos diversificados que nos proporcionam: mostra de violências, mostra cultural de Minas Gerais, palestras com mestres do Direito como desembargadores, delegados, juízes, entre outros. É através desses eventos que podemos enriquecer nosso conhecimento e nossa cultura, e não somente nos tornarmos melhores profissionais, mas melhores seres humanos.

A geração "Z" tem se mostrado muito desinteressada, uma vez que tem o conhecimento na palma da mão, por meio dos celulares e computadores, porém, tal disponibilidade e abundância gera preguiça, por estar acostumada a receber tudo pronto. É uma geração que não cria, não explora e não dá valor a cultura, mas que lá na frente, sentirá falta disso.





CIA DE TEATRO
UNIFACIG

Inovação & Cultura

Venha participar da Cia de Teatro do
Curso de **Direito** UNIFACIG

Desenvolva sua **oralidade, teatralidade**
e postura corporal.

Peças com **temas jurídicos** - ensaios mensais

Mais Informações:



(33) 3339-5505

UNIFACIG
CENTRO UNIVERSITÁRIO





QUAL É O SEU NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO?

por Camila Braga Corrêa

 [@camila.bragacorrea](https://www.instagram.com/camila.bragacorrea)

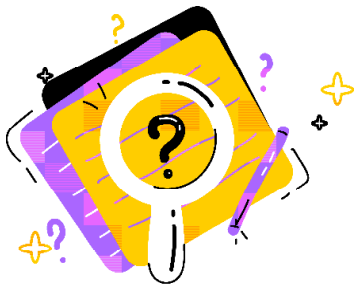
As indagações sobre o tema da consciência da humanidade têm circulado com frequência nas mídias e tomado parte das nossas conversas, já que nos encontramos cada vez mais inseridos em um contexto do aumento dos níveis de consciência da inteligência artificial que chega a surpreender seus próprios desenvolvedores ao apontar soluções para questionamentos humanos, em paralelo com o crescimento de vários índices de violências, intolerâncias e discriminações de toda ordem.

Assim, para que possamos compreender as dimensões individual e global dos níveis de desenvolvimento humano vale a pena conhecer os estudos de Clare W. Graves, que na década de 1950, identificou padrões de comportamento e que mais tarde serviram de base para a idealização da Teoria da Dinâmica da Espiral (Spiral Dynamics) desenvolvida por Dom Edward Beck e Christopher C. Cowan em um modelo que mapeou a complexidade humana e identificou os níveis de consciência e desenvolvimento pessoal.

O estudo dimensiona alguns estágios de uma espiral onde códigos são revelados apontando padrões de pensamento, de valores, de comportamento, em suas preferências de estilos de vestuário; tendências de linguagem, normas culturais populares; projetos arquitetônicos; formas de arte, expressões religiosas e espirituais; movimentos sociais; modelos econômicos; filosofias e apenas declarações morais gerais sobre como a vida deve ser feita. Esses estágios pendem entre o individual e o coletivo.

Há dez perguntas separadas com sete opções cada. Você precisa distribuir um total de 15 (quinze) pontos entre as sete opções de cada uma das perguntas, ou seja, você tem apenas 15 pontos para distribuir entre os itens de cada questão.





CONFIRA AS PERGUNTAS CLICANDO AQUI!

Realizado o teste. Agora é hora de compreender o significado da cor referente ao estágio em que você se encontra:

Bege (arcaico-instintivo): o nível de consciência da sobrevivência básica no qual o indivíduo faz o que deve para se manter vivo e alcançar a satisfação imediata. Neste estágio, não há senso distinto de si mesmo, o indivíduo é muito individualista e instintivo. Muito individualista e instintivo. Comum aos bebês saudáveis de hoje em dia até aproximadamente 18 meses e aos adultos das sociedades humanas primitivas.

Roxo (mágico-amista): o nível de consciência da sobrevivência emocional em que os indivíduos desempenham papéis dentro das tribos que formam para garantir a segurança. O senso de comunidade é fundado na ideia de bem e mal, com a valorização daqueles que se identificam com os mesmos pensamentos, em contraponto com a demonização e o ódio dos que pensam de forma diferente. A abdicção da individualidade para o coletivo, faz com que esses indivíduos cheguem a perder a própria identidade. Muito supersticiosos. Predominante nas crianças de 18 meses e 3 anos.

Vermelho (mágico-egocêntrico): focado nos conceitos de poder, de dominação e de imposição, diante da máxima de que “o mais forte sobrevive”. A autoimagem precisa refletir o poder e a satisfação dos desejos deve acontecer, mesmo que pelo uso da violência. Por demonstrarem pouco remorso não pensam profundamente sobre as implicações de suas ações, qualquer que seja seu primeiro impulso. Possuem pouca estabilidade e são egocêntricos. Surge nas crianças a partir dos 3 anos e pode se tornar dominante até os 6 anos, sendo o nível de consciência do adulto médio dos reinos feudais.

Laranja (racional-instrumental): estágio do sucesso individual, em que importa é deixar o registro da sua existência e das suas habilidades pelo mundo. O materialismo se funda ao capitalismo para a exploração imagem, da estética, da satisfação dos desejos, enquanto a Ciência destrava os dogmas e desenvolve tecnologias que produzem bens que passam a representar prazeres materiais na moda que comunica com a prosperidade. O sentimento e o sentimentalismo são vistos como fraquezas que perdem espaço para a competição, para o trabalho duro, para a produtividade, para o ateísmo e para a democracia. O que importa é o resultado, o lucro e a meritocracia. A liberdade de expressão e de direitos ganham contornos individuais, religiosos, políticos e econômicos. A realidade é baseada na física e não na religião. A imagem é mais importante que a essência. Experimental. Racional. Operacional. Comprometido. Atualmente, aproximadamente 30% dos adultos estão nesse estágio de consciência.

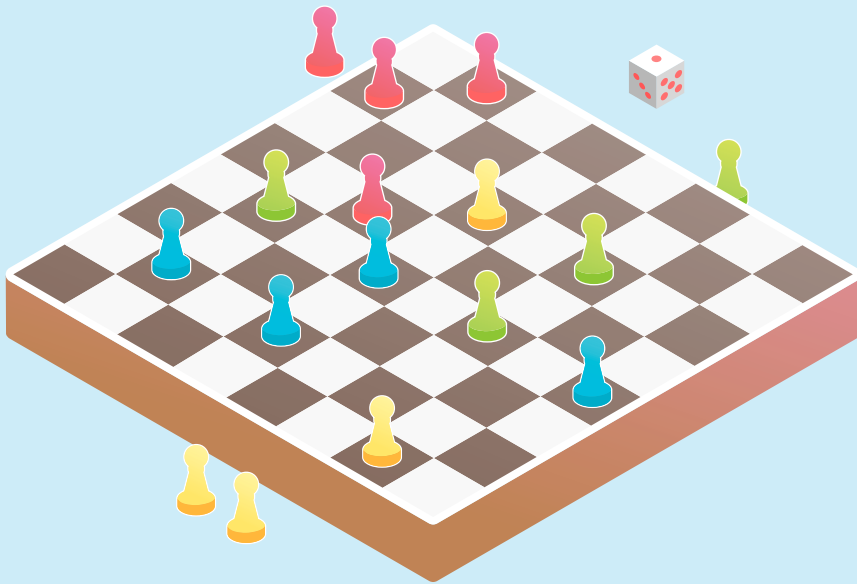
Verde (racional-pluralista): estágio em que os indivíduos se identificam com o mundo como um todo e procuram a preservação de toda a forma de vida e de cultura. Valores humanitários são integrados à compreensão da necessidade de uma distribuição igualitária de recursos, tendo como fundamento a igualdade, a harmonia, a diversidade, o diálogo, a consciência social, a empatia etc. Nasce aqui a ideia do amor livre e do amor pela arte; a compreensão do feminismo; a espiritualidade que se relaciona à energia e a vibração. Antiautoritários e muito anti-hierárquicos visualizam o mundo globalizado em seu contexto. Humanistas. Sensíveis. Gostam de fazer diferença na vida das pessoas. Atualmente, 10% da população mundial se encontra nesse estágio de consciência.

Amarelo (integrativo-sistêmico): dá início a uma nova camada. Aflora um novo estágio de consciência no qual o indivíduo consegue identificar a existência dos demais níveis, além de suas realidades e necessidades. Essa visão geral da vida o faz compreender que a sociedade é uma mistura de vários sistemas diferentes e, por conta disso, a sua flexibilidade cognitiva o permite moldar sua comunicação para cada estágio, afastando a necessidade de se impor perante o outro. Reconhece que existem várias perspectivas, estilos de vida, seus contextos e a importância de cada um deles perante o sistema. Livre de julgamentos, por respeitar as dificuldades e as histórias de cada lugar. Prezam pela neutralidade ao tentarem equilibrar a razão e a emoção, validando o contexto. Ótimos ouvintes, pois conseguem compreender posicionamentos divergentes, sem ter que concordar com eles. Conectividade. Mente aberta. Integrativo. Autodidatas. Criadores de seus próprios mundos e de seus significados. Acredita-se que atualmente, apenas 1% da população mundial se encontre nesse estágio de consciência.

Turquesa (holárquio-integral): caracteriza o estágio máximo de desenvolvimento da consciência humana até o presente momento. Os indivíduos experimentam a totalidade da existência através do corpo, mente e espírito, pois acreditam ser a consciência do conjunto de ideias que experimentam. Não fazem distinção entre a realidade e o sonho, já que afastam a dualidade para dar lugar à unidade que conduzirá a inteligência do universo na direção em que precisam ir. Tudo faz parte de uma mesma consciência, pois transcendem a noção tempo-espço, a realidade física, os modelos, os paradigmas, os pontos de vistas e as interpretações do mundo, já que o mundo é como deveria ser. Cada ação que fazem ou pensam que tem é orientada para o bem-estar de toda vida e não apenas da humanidade. Não aprendem por observação ou estudo, mas realmente se tornando e experimentando aquilo que eles procuram entender é o quão profunda é a empatia deles. Conhecimento e inteligências múltiplas. Atualmente, o percentual de menos de 0,1% da população mundial. Percentual ínfimo da população mundial já que esse é o estágio dos gurus, sábios místicos mais avançados, iluminados.

Lembre-se que estar em um estágio não te torna melhor ou pior que o outro. O importante é compreender que a fluidez das relações, além dos impactos das questões pessoais e profissionais, permite que você esteja em vários estágios, a depender o campo da vida a ser analisado. Além disso, o autoconhecimento é a chave para identificar seus pontos fortes e fracos para construir, treinar e refinar habilidades.

O CURSO DE DIREITO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACIG LANÇA O JOGO TIPIFICANDO CRIMES



Você se tornou um Delegado de Polícia! Uma conduta criminosa foi cometida e você foi escalado para o caso! É hora de investigar, colher provas, tipificar os crimes. O Tipificando Crimes é considerado uma inovação e a marca está registrada no Instituto Nacional da Propriedade Intelectual. O jogo pode ser jogado individualmente ou em equipes, traz uma forma bastante intensa de aprender e interagir com o conhecimento de

direito penal e processo penal.

Neste universo, você irá visitar diversos locais da cidade como a biblioteca, o bar, a galeria de arte e o Núcleo de Práticas Jurídicas para tentar entender o caso. Como Delegado, você deve escolher as melhores estratégias, juntar as pistas, retornar a Delegacia e explicar o crime para vencer.

Se inscreva para o campeonato
CLICANDO AQUI!

CONVERSA COM ESPECIALISTA

No final do 2º semestre de 2022, quando ainda cursávamos o 2º período do curso de Direito, na disciplina de Teoria Geral do Processo, ministrada pela Msc. Camila Braga Corrêa, nos foi proposta uma atividade investigativa sobre os sujeitos processuais em que pudéssemos explorar tanto a atuação de cada profissional como também o local e a sua relação com os procedimentos judiciais, de uma forma que nos conscientizasse sobre o papel e as atribuições de cada um, ao mesmo tempo, em que deveríamos colher elementos que subsidiassem uma análise crítica da organização e administração do poder judiciário.

Para a elaboração da atividade, a turma foi dividida em grupos, cada equipe ficou responsável por entrevistar um profissional, diretamente em seu local de trabalho. Para ampliar o objeto de análise, a execução do trabalho foi feita em diversas comarcas da região, levando-se em consideração a residência dos alunos. Assim, a divisão e execução do trabalho foi feita da seguinte forma:

Advogado: Nossa entrevista foi com o Sr. Valdinei Lopes do Carmo, advogado atuante da área de direito empresarial e responsável pelo escritório VL Advogados, localizado na cidade de Manhuaçu - MG. A entrevista abordou pontos importantes como honorários, ética, moral, responsabilidade processual, empatia perante o cliente, individualização e especializações que são indispensáveis para atribuir um melhor atendimento e compreensão das particularidades nas áreas do direito.



Figura 1(Fórum de Manhuaçu – MG. Fonte: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/transparencia/plano-de-obras/obra-de-construcao-do-novo-predio-do-forum-da-comarca-de-manhuacu.htm#.ZEalMt3MLIU>)

Defensor Público: A entrevistada foi uma defensora pública da cidade de Espera Feliz – MG.

Nesse encontro podemos constatar que a maioria dos casos demandados está concentrada no âmbito do direito de família, sendo em menor número as causas de outras esferas jurídicas. A atuação da profissional vai desde o atendimento com a identificação da demanda do indivíduo até participação em audiências, além de todo o acompanhamento processual.

Chefe de secretaria: Entrevistamos Hélio Adolpho Machado Schiavo, analista judiciário/chefe de secretaria da 2ª Vara Criminal de Iúna - ES. A entrevista abordou diversos pontos interessantes sobre a função analisada, as dificuldades da profissão e as questões mais interessantes a ser desenvolvidas. Nessa oportunidade podemos visualizar as responsabilidades pela direção do cartório; como os trabalhos são ordenados e como são comandadas as tarefas dos escreventes e demais funcionários. Evidenciamos, ainda, que apesar do grande volume de processos, que são em sua maioria físicos (estão sendo

digitalizados agora), a organização dos processos é respeitada.

Promotor de Justiça: Foram entrevistados os promotores Lucas Nacur Almeida Ricardo e Rodrigo Brum Vieira, respectivamente da Comarca de Mutum e da 2ª Vara Criminal de Manhumirim. Enquanto na entrevista com o primeiro nos foi oportunizada uma visita guiada às dependências do fórum com esclarecimento de cada procedimento compatível com a atuação do promotor, com o segundo a abordagem voltou-se para toda a sua equipe técnica e análises mais corriqueiras da atuação do profissional.

Oficial de Justiça: Foram entrevistados os Oficiais de justiça Robson Rocha Rodrigues e Melita Ormezinda de Andrade, da Comarca de Ipanema – MG. Diversas questões sobre as atribuições da função de oficial de justiça foram esclarecidas, mandados, citações, intimações, dentre outros. Quanto às questões cotidianas foi possível evidenciar a ausência de horário fixo e tempo determinado para atuarem diretamente no fórum, já que a maior necessidade e responsabilidade da atuação está no cumprimento das funções, o que tem ganhado, cada vez mais, respaldo da tecnologia, em especial das mídias sociais, no auxílio da entrega dos mandados.

Juiz: Entrevistamos a Sra. Daniela Bertolini Rosa Coelho, juíza da 2ª Vara Cível da Comarca de Manhuaçu – MG, que nos explicou que, atualmente, a maior parte do seu trabalho é feito de forma virtual e isso acaba facilitando a participação de todos os envolvidos. Durante toda a entrevista, ao tratar das questões cotidianas do trabalho, alguns valores receberam maior destaque, sendo eles a organização, a imparcialidade e a seriedade com a análise da lide posta à sua apreciação, o que de forma prática foi abordado diante dos estudos da doutrina e da jurisprudência.

Após a elaboração das entrevistas, quando já estávamos no 3º período, cursando a disciplina de Direito Processual Civil I, o trabalho foi apresentado na sala de aula para todos os alunos e, diante do resultado final das entrevistas e da análise das fotografias e vídeos que foram autorizados, tivemos a oportunidade de ampliar nossos conhecimentos sobre os sujeitos processuais estudados; explorar ambientes profissionais; observar e refletir sobre



Figura 2(Fórum de Manhuaçu – MG. Fonte: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/transparencia/plano-de-obras/obra-de-construcao-do-novo-predio-do-forum-da-comarca-de-manhuacu.htm#>. ZEalMt3MLIU

a arquitetura dos fóruns e suas dependências; discutir sobre visual law; psicologia das cores; formas de organização no ambiente de trabalho; espaços funcionais e como a estética do ambiente jurídico reflete no comportamento humano.

Além das mais diversas abordagens acima apontadas, chamou-nos a atenção o reiterado apontamento dos profissionais sobre a importância da negociação, da conciliação e mediação, diante da solução dos conflitos e da

atuação do CEJUSC, bem como da necessidade de uma constante atualização, diante dos estudos para a adequada e precisa atuação em cada área do Direito.

Desde já ficam os nossos agradecimentos aos profissionais, órgãos e instituições, que além de nos recepcionar de forma muito agradável, se prontificaram a sanar todas as nossas dúvidas e ainda explorar as curiosidades sobre a atuação profissional e questões históricas. Agradecemos também a nossa professora, por sempre promover trabalhos inovadores, que estimulam o pensamento e nos incentivam a refletir sobre o conteúdo estudado diante das mais variadas vertentes da compreensão do tema que estamos estudando.

UNIVERSIDADE CORPORATIVA PROPÕE NOVO MODELO DE EFICIÊNCIA BASEADO NO EQUILÍBRIO ENTRE NECESSIDADES, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Quais habilidades e competências a sua empresa, instituição ou ente público precisa desenvolver para que os problemas sejam resolvidos e a produtividade, de fato, aumente? Essa questão tem gerado um verdadeiro curto-circuito para gestores do setor público e do setor privado. A grande maioria das instituições tem problemas relacionados à pessoal, à qualificação e ao desenvolvimento de habilidades para alcançar os seus objetivos, pior, muitas não sabem exatamente como resolver estes obstáculos.

A Universidade Corporativa tem uma proposta para capacitar servidores, funcionários e o pessoal do setor público e privado através de diversos cursos preparados especialmente para as demandas e dificuldades enfrentadas. Por exemplo, se uma dada empresa do ramo hoteleiro tem encontrado problemas relacionados à recepção de hóspedes, neste caso, uma

qualificação ou treinamento específico de atendimento pode ser desenvolvido. Vamos supor que exista um problema na gestão pública com profissionais da educação básica, necessitando do desenvolvimento de habilidades e competências para aprimorar o aprendizado em sala de aula - o que pode estar comprometendo os índices educacionais do município - a Universidade Corporativa oferece uma série de alternativas pensadas para estes casos, uma série de cursos, técnicas, metodologias, para melhorar e transformar diversos segmentos sociais. Veja uma lista de nossos cursos [CLICANDO AQUI!](#)

A Universidade Corporativa também promoverá uma imersão em Liderança e Negócios Internacionais em conjunto com o Instituto Universitário de Lisboa. A imersão será realizada em outubro de 2023 em Lisboa - Portugal, os interessados podem entrar em contato para maiores informações.



QUEM AMA ESCUTA
PODCAST

Ouçã o Podcast Quem Ama Escuta II Edição - maio. 2023 - sobre a universidade corporativa.





iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Programa Imersivo em Liderança e Negócios Internacionais

Outubro 2023 | Lisboa - Portugal

Informações:

Isabelle Bríssio: 33 99944-1723

Natalia Tomich: 33 99120-0884



Abrimos as inscrições para o Programa Imersivo em Liderança e Negócios Internacionais. Uma parceria do *ISCTE Executive Education* com UNIFACIG. O programa acontecerá em outubro de 2023 na cidade de Lisboa. Participe do processo seletivo clicando no Link:

<http://gg.gg/unicorp-lisboa>



Alex Barbosa de Matos, Advogado e
Conselheiro Seccional da OAB/MG

MOVIMENTO SOCIEDADE EM CONSTRUÇÃO

A ideia de criarmos o Movimento Sociedade em Construção surgiu durante a disputa do segundo turno das eleições de 2022. Naquele período, percebemos que parcela da população de Manhuaçu e região se interessa por política, mas não sabe o que debater sobre propostas, ideias, sugestões e críticas. Na realidade parte desta população não tem conhecimento de seus direitos sociais, desconhece as principais políticas públicas que existem e não sabe exigir de seus representantes.

Por isso, o movimento pretende realizar um trabalho motivador, acolhedor e humanizado com alunos, pais, professores e toda comunidade, no sentido de demonstrar a importância de construirmos uma sociedade verdadeiramente mais justa, igualitária, fraterna, participativa, questionadora, inclusiva, rica em conhecimento e cultura, a fim de transformar e ressignificar tudo e todos que estão ao seu redor.

Precisamos estimular na sociedade civil o debate de políticas públicas destinadas a diminuir as desigualdades sociais e responder às demandas de cada comunidade. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. E o movimento pretende desencadear justamente isso, ou seja, estabelecer o debate e a mobilização social na luta diária para a implementação de políticas públicas que atendam os interesses de cada localidade, bairro ou distrito.

Nesse contexto, como um espaço democrático, o Movimento Sociedade em Construção trará para o centro dos debates áreas tradicionalmente objeto de políticas públicas, como assistência social, meio ambiente, habitação, transporte público, segurança pública. Cada etapa será um momento de aprendizado, de compartilhamento de experiências e de desafios para que possamos estabelecer aquilo que interessa a todos nós. Sejam bem-vindos a este movimento de transformação e justiça social!



Siga o movimento nas redes sociais

 @mov.sociedadeem



É PRECISO PENSAR

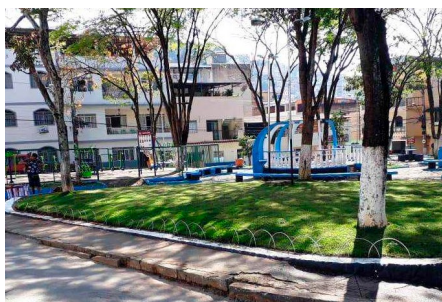
CIUDADE

MANHUAÇU AMANHÃ

por Igor de Souza

Afinal, o que é uma cidade inteligente? O termo cidade inteligente está diretamente relacionado ao uso de tecnologias para aprimorar a cidade e a qualidade de vida dos munícipes, seja na mobilidade urbana, no equilíbrio ecológico ou mesmo na cultura. Essas cidades utilizam tecnologias de ponta, como sensores, sistemas de inteligência artificial e análise de dados em tempo real para melhorar a gestão urbana e proporcionar serviços amplos e mais eficientes.

As soluções tecnológicas, contudo, dependem do problema a ser resolvido. Em 1999, o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) lançou o “City Car”, um carro elétrico dobrável projetado especialmente para melhorar a mobilidade urbana. As cidades contêm especificidades, características próprias que devem ser pensadas a partir de suas singularidades, mas quais são as singularidades de Manhuaçu?



Inicialmente, é preciso destinar um longo processo de pesquisa e análises: Manhuaçu desconhece não apenas as soluções de seus problemas, mas também os próprios problemas.

Em geral, a cidade é polo de dezenove municípios. A microrregião é predominantemente rural, tendo o cultivo do café como principal atividade econômica.

Urbanisticamente, Manhuaçu possui uma estrutura adensada, com construções em relevo acentuado. Há uma enorme desigualdade social no cenário urbano: uma série de

habitações subnormais divide o espaço com mansões e condomínios fechados de alto padrão; os logradouros públicos replicam esta discrepância. Há falta de infraestrutura básica para diversos segmentos da cidade, causada especialmente pelo crescimento desordenado.

A estrutura viária da cidade é bastante precária, com ruas estreitas, trânsito congestionado, quando não caótico, calçadas apertadas e sem qualquer adaptação; não há ciclovias ou faixas para atividades de lazer.

No campo da cultura, Manhuaçu

apresenta pouca diversificação das atividades, incluindo a pulverização especial da cultura. Na área ambiental, a cidade possui baixa arborização, problemas frequentes com enchentes e alagamentos, baixa sustentabilidade ambiental, coleta seletiva inaplicada e problemas de poluição urbana.

Na segurança pública, o município enfrenta problemas com a criminalidade urbana violenta e com o tráfico de drogas, conforme defende o doutor em sociologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Igor de Souza.

Partindo destas questões mais gerais, quais seriam as soluções em termos inovadores, tecnológicos para auxiliar a cidade em suas dificuldades, aumentando a qualidade de vida de seus habitantes? Pensar uma cidade inteligente é permitir e aplicar mecanismos tecnológicos para favorecer a gestão urbana, discutir e implementar ideias que promovam a conectividade, lançar a criatividade e alternativas inovadoras, controle e armazenamento de dados, não apenas uma cidade bonita ou com prédios espelhados e cheios de elementos robotizados.

Uma das questões, por exemplo, é o incentivo e a melhora do transporte coletivo com aplicativos que auxiliem o passageiro nos horários e dias, ou o rodízio inteligente de placas de veículos automotores, fazendo com que menos carros circulem nos horários de pico. É possível estimular o uso de patinetes elétricos e bicicletas, especialmente nas regiões mais planas e horizontais: (I) BR-262; (II) Av. Salime Nacif, R. Amaral Franco, Av. Getúlio Vargas, Av. Raimundo Soares Vargas, parte do Centro, Baixada, Engenho da Serra e Bom Pastor e Coqueiro.



A arborização da cidade pode ser pensada através do IPTU ecológico ou da implementação de parques urbanos inteligentes, com áreas de lazer e disponibilização de tecnologia de wi-fi, o que acabaria potencializando as atividades de lazer. Pode-se, inclusive, pensar em arborização frutífera nas periferias e áreas que não transitam carros - outra preocupação da cidade.. O uso do espaço urbano, a formação de coletivos e de formas associativas que auxiliem na preservação da cidade também podem se dar através do uso de tecnologias potencializadoras e facilitadoras, aplicativos que reúnam pessoas interessadas em agregar valores à cidade, por exemplo, grupos para cuidar de praças, para organizar feiras, ações culturais, de solidariedade, sugestões de agendas turísticas.

No campo ambiental, especialmente das enchentes e alagamentos, é possível criar um sistema de notificação/alerta a pessoas cadastradas ou mesmo um sistema de monitoramento remoto acessível pelos moradores 24 horas. O mesmo pode ser pensado em relação à segurança pública, o aumento no número de câmeras nas áreas públicas, a melhora no parque de iluminação com o uso de tecnologia solar, o cruzamento de dados de inteligência das instituições de controle e das empresas, podem ser recursos simples e, ao mesmo tempo, eficientes no combate à criminalidade urbana.

Assim, pensar qualquer cidade do ponto de vista da inteligência é aprimorar a relação entre a tecnologia e a facilitação dos serviços e do direito à cidade aos seus habitantes. Inteligência não é uma questão apenas estética. Manhauçu possui muitas limitações e problemas, são neles que residem os principais desafios da cidade para pensar criativamente como ser inteligente.



ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM DEFESA DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE URBANO NA CIDADE DE MANHUAÇU

Guilherme de Castro Germano é Bacharel em Direito pela USP e atua como Promotor de Justiça na cidade de Manhuaçu-MG

Em um período de fértil discussão sobre os rumos da nossa centenária cidade, ora se aproveita a oportunidade para trazer breves reflexões, certamente sem a pretensão de esgotar o tema, sobre o papel do Ministério Público na busca de uma cidade mais justa, sustentável, saudável e que assegure maior qualidade de vida para os seus habitantes.

Em Manhuaçu, as atribuições desse jaez recaem sobre a 3ª Promotoria de Justiça, com incumbência para a curadoria do meio ambiente e habitação e urbanismo, titularizada por este subscritor, motivo pelo qual o aduzido a seguir terá por enfoque a tutela específica de tais direitos.

Do ponto de vista institucional, trata-se de uma concentração de atribuições coerente e necessária, pois o conceito de Meio Ambiente em si, geralmente associado à ideia de ecossistema, abarca o critério de ambiente urbano, tanto que boa parte da doutrina jurídica especializada interpreta que a Constituição Federal reconhece tal conceito sob quatro dimensões: meio ambiente natural, cultural, artificial e do trabalho. Todavia, incluir o conceito de cidade como reflexo da construção artificial humana não equivale, de forma alguma, a ignorar a proteção da natureza como essencial para assegurar um espaço urbano adequado.

Afinal, as consequências do descaso ambiental no ambiente urbano acarretam muitos dos problemas que assolam boa parte das cidades brasileiras, e não são estranhos à nossa Manhuaçu. Citam-se, como exemplos, o fenômeno de antropização, poluição e assoreamento dos rios, a ocorrência de inundações, o risco hidrológico, e os deslizamentos em áreas de encostas e geologicamente instáveis.

Voltando-se à realidade local, durante o desempenho das atribuições funcionais, foi possível constatar que alguns desafios são estruturais e recorrentes na concretização do direito ao meio ambiente urbano, não excluindo tantos outros. Nesse diapasão, salta aos olhos o crescimento historicamente desordenado da sede da comarca, com o parcelamento irregular do solo e a multiplicação de núcleos urbanos informais. Para além dos notórios desafios que tais fenômenos impõem à organização e planejamento do espaço, com especial repercussão sobre a mobilidade urbana, não se pode olvidar do óbice que acarreta para o acesso a diversos serviços e para o exercício da própria cidadania por amplos setores da população, privados da regularização e titulação de suas moradias.

Outros desafios que demandam solução, tanto sob o ponto de vista socioambiental quanto sob o prisma do saneamento básico, referem-se ao tratamento do esgoto e dos

resíduos sólidos, dificuldades antigas e de complexa solução. Sem embargo, é imperioso, até mesmo por comando legal expresso da Lei de resíduos sólidos e do marco do saneamento, a implementação de Estação de Tratamento de Esgoto (E.T.E.) e condução do esgoto coletado, o descomissionamento do “lixão”, bem como a instituição do imprescindível aterro sanitário, sem descuidar da necessária coleta seletiva com inclusão socioeconômica dos catadores de material reciclável.

Igualmente notável a necessidade de defesa da flora e fauna. Para tal, imprescindível a recomposição, preservação e fortalecimento dos espaços verdes na zona urbana, sobretudo espaços territoriais especialmente protegidos, a exemplo das áreas de preservação permanente, essenciais para a prevenção de riscos geo-hidrológicos. Ainda sobre a defesa da flora, importante ressaltar a predominância do bioma mata atlântica, dos mais ricos e ameaçados do país. Também não se pode ignorar a defesa e controle populacional ético dos animais de rua, assegurando-se o bem-estar desses seres vivos.

Para a consecução de tais fins, o Ministério Público concretiza sua vocação constitucional de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127 da Constituição Federal. Isso não pode equivaler, em hipótese alguma, a substituir ou intervir nos demais Poderes da República, tampouco limitar a liberdade econômica e de empreendedorismo. Entretanto, valendo-se estritamente dos mecanismos previstos no ordenamento pátrio, deve sempre primar pela garantia da ordem jurídica, em defesa da sociedade.

Nesse sentido, é inequívoco que aos graves problemas acima exemplificados correspondem direitos sociais atualmente descumpridos, mas com clara previsão constitucional e expressa determinação legal. Como mecanismos de defesa e correção do crescimento urbano desordenado e do parcelamento irregular do solo, citam-se, entre outros, a REURB, o estatuto da cidade e a exigência de plano diretor; e como mecanismo preventivo cita-se a exigência e fiscalização do adequado parcelamento de solo urbano, nos termos da Lei 6.766/1979. Quanto ao esgoto e resíduos sólidos, reiteram-se as já mencionadas leis 14.026/2020 e 12.305/2010. Em relação à preservação da fauna e flora, mencionam-se, entre tantos outros estatutos protetivos da legislação ambiental, a Lei 6.938/1981, a Lei 9.605/1998, a Lei 11.428/2006 e a recente Lei 14.228/2021.

O Ministério Público atua incansavelmente para a concretização de tais direitos, preferencialmente pela via consensual, porém sem jamais transigir com a omissão, a negligência e o descumprimento de tais garantias, empregando resolutamente meios litigiosos quando necessário. E para atender a comunidade, está sempre à disposição, seja presencialmente na sede da Promotoria de Justiça, ou até por meios digitais, através da ouvidoria, disponível no link: <https://aplicacao.mpmg.mp.br/ouvidoria/service/ouvidoria> . É por meio das denúncias, questionamentos e informações trazidas pelo cidadão que o Ministério Público pode atuar, cada vez mais, em prol do direito coletivo ao meio ambiente urbano, contribuindo para a melhoria de nossa cidade.

AFINAL, DEMOLIR OU PRESERVAR? O QUE FAZER DE MONUMENTOS LIGADOS À OPRESSÃO NAS CIDADES BRASILEIRAS



João Victor é aluno do curso de direito da Universidade Federal do Ceará

*João Victor Oliveira Rodrigues
@joaovictorlr*

Em julho de 2021, a estátua de Borba Gato foi incendiada em São Paulo como forma de contestação do papel histórico atribuído ao bandeirante responsável pela manutenção da escravidão e da perseguição aos indígenas. Além desse episódio, em 2016, tanto a estátua de Borba Gato quanto o Monumento às Bandeiras amanheceram cobertos de tinta. Os exemplos citados são apenas alguns dos casos de protesto na tentativa de apagar contestáveis figuras da história nacional. Episódios de retirada da imagem representativa de líderes colonizadores, escravocratas e ditatoriais são vistos por todo o mundo, buscando conferir maior legitimidade às lutas contra o racismo e contra a opressão.

A presença de tais monumentos históricos caracteriza o cenário urbano nacional desde quando foram erguidos. Não são simplesmente monumentos figurativos, mas instrumentos de identidade histórica. Vale ressaltar, porém, que esses elementos contam apenas uma versão da história, já que o Brasil é um país que viveu, historicamente, a celebrar episódios vencidos pelas elites – que sempre detiveram o poder intelectual e de convencimento ao longo dos séculos. As páginas escritas da “história oficial” é muito mais sobre quem venceu do que propriamente aconteceu na história da pátria.

De maneira geral, fala-se contemporaneamente que a derrubada dos monumentos de líderes opressores seria a oportunidade para negar o lugar que esses personagens ocupam na história real. Portanto, se insistirmos em reproduzir narrativas que enaltecem a

exploração, a catequização forçada e a escravidão, por exemplo, acabaríamos reverenciando os praticantes desses atos como heróis nacionais. O historiador José Murilo de Carvalho afirma que “heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referências, fulcros de identificação”. Nesse caso, personagens que nos acostumamos a engrandecer por terem estátuas, nomearem ruas ou representarem a imagem de Brasil que “queríamos ser” usurpam o lugar dos verdadeiros heróis que lutaram, guerrearam e foram resistência ao longo do tempo. Para os mais radicais, a solução passa por depredar, vandalizar ou, radicalmente, derrubar as construções que os engrandecem. Seria a história do presente vingando o triste passado.

No entanto, há de se ponderar que a radicalização dos protestos e das iniciativas populares não se mostram, ainda, como a única solução. Antes de realizar atos de vandalismo na busca por recontar nossa história de luta e resistência, é preciso analisar as garantias e penalidades imbuídas em tal questão. O § 4º do Art. 216 da Constituição Federal garante a punição aos que praticarem danos ou ameaças ao patrimônio cultural. O inciso XII do Art. 2º do Estatuto das Cidades garante a proteção e a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico. Por fim, o Código Penal, em seu inciso III do artigo 163 entende como dano qualificado o crime contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município etc., e prevê uma pena de detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência. Dessa forma, a partir das consequências, poderíamos esgotar o argumento da derrubada dos monumentos, mas nosso objetivo não é restringir-se tão somente à lei.

Atrás de cada mármore esculpido ou de cada palavra de história contada outras histórias são inviabilizadas. Não se trata, portanto, de negar o malefício de monumentos ligados à opressão, mas, analisá-los sob outra ótica: podem ser uma parte da história que não queremos repetir. A solução passaria, desse modo, pela ressignificação das narrativas impostas e por contra-monumentos que objetivasse contar as verdadeiras atrocidades praticadas por Borba Gato, pelos bandeirantes e por outros “heróis nacionais”, por exemplo. Cada caso deve ser analisado individualmente, sem generalizações, a partir de um diálogo com a comunidade em que o monumento está posto, para que aconteçam intervenções adequadas e não se crie o fenômeno de “guerra de narrativas”, problematizado pela historiadora Lilia Schwarcz.

Afinal, demolir ou preservar os monumentos opressores? De todo modo, ressignificá-los! E a ressignificação passa, sem dúvidas, por uma educação patrimonial decolonial e atualizada, com a ampliação do conhecimento de narrativas históricas e de acesso aos museus, para que os indivíduos compreendam a sua história, e tomem para si o compromisso de mudá-la.

Planos Diretores Participativos: entre a cidade que temos e a cidade que queremos

João Emilio de Assis Reis

Professor de Direito no Instituto Federal do Rio de Janeiro
Doutor em Direito Urbanístico pela PUC-SP
Pós-doutorado pela Universidad de Salamanca (ESP)

Compreender a cidade em sua função social significa então compreender que a o espaço urbano não é simplesmente um aglomerado de pessoas e edificações. O espaço urbano passa a ter funções a realizar. Conforme a famosa Carta de Atenas elaborada a partir IV Congresso Internacional de arquitetura moderna “o urbanismo é a ordenação dos lugares e dos locais diversos que devem abrigar o desenvolvimento da vida material, sentimental e espiritual em todas as suas manifestações, individuais e coletivas”.

Quanto à Função Social da propriedade Urbana, tem-se que a Constituição Federal de 1988 em seu art. 5, disciplina a propriedade como direito fundamental estabelecendo também como princípio constitucional a função social da propriedade. Dessa forma, a propriedade privada é garantida ao cidadão, mas tal direito é condicionado ao interesse da coletividade, jamais podendo chocar-se contra este. Ao contrário, a proposta constitucional é a constituição de uma simbiose em que o interesse privado e coletivo caminhem juntos e sejam mutuamente benéficos. Outro ponto importante é que, seguindo a doutrina italiana, a Constituição cria múltiplos regimes de propriedade, dentre os quais o da propriedade urbana, incumbindo ao Plano Diretor o dever de estabelecer seu marco normativo.

Com o advento do Estatuto da Cidade em 2001 pela Lei No. 10.256, a obrigação de elaboração do Plano Diretor foi finalmente concretizada, com o legislador ordinário estabelecendo critérios, procedimentos e prazos para a implementação dos Planos Diretores pelos Municípios, bem como definindo responsabilidades pela sua falta.

Como instrumento básico da política urbana em nível municipal, surge a noção de imprescindibilidade do plano diretor, já que, se a cidade não é só um aglomerado de pessoas, mas um espaço que tem funções a realizar em benefício dos seus habitantes, o planejamento mais do que conveniente, é necessário. A Constituição o torna juridicamente obrigatório e o Estatuto da Cidade estabelece regras para sua implementação enquanto diretriz de planejamento. Este planejamento deverá inclusive regulamentar o uso do solo urbano e estabelecer meios de realizar o controle desse uso, pois a organização da cidade sob a lógica do bem-estar dos cidadãos, passa pela ordenação do território em atenção às realidades e necessidades específicas de cada cidade para realização do bem-estar dos cidadãos. Não há outra razão para que a Constituição tenha delegado ao Plano Diretor o estabelecimento do marco normativo sobre a função social da cidade. O Brasil é um país

de dimensões continentais, com uma diversidade de realidades socioeconômicas enorme. Deseja-se que cada comunidade debruce-se sobre sua realidade e problemas urbanos, e os discuta amplamente em um processo participativo, para assim estabelecer critérios e prioridades no desenvolvimento contínuo da cidade, de forma que cada uma não tenha apenas desenvolvimento econômico, mas também igualdade social e preservação ambiental.

Desenvolvimento econômico, igualdade social e preservação ambiental juntos formam o que chamamos “tripé” do conceito contemporâneo de sustentabilidade e não por acaso aparecem aqui. O que Plano Diretor propõe é justamente sustentabilidade quando pretende cuidar do desenvolvimento do espaço urbano e realizar o bem-estar dos seus cidadãos por meio da realização de suas funções sociais da cidade. A verticalização de uma cidade pode ser interessante do ponto de vista do setor imobiliário, mas será que é sustentável do ponto de vista de circulação? A expansão da franja urbana da cidade permite o acesso de todos a serviços básicos como acesso a água e saneamento básico?

Os bens ambientais estão devidamente protegidos com a ordenação que é e será dada ao território citadino? Essas são perguntas que ilustram a preocupação que deve estar presente não só nas decisões do agente público, mas da própria população, que pode e deve estar presente nas discussões de elaboração do Plano Diretor e que não raro exigem escolhas difíceis. Mas essas escolhas são necessárias para que se dê sustentabilidade ao processo de desenvolvimento da cidade, processo que passa também pela necessária racionalização do uso e controle do solo urbano, pela equalização de crescimento econômico, preservação ambiental e melhora em índices sociais.

A implantação do Plano Diretor em uma cidade exige participação ampla da sociedade, muito debate e reflexão, pois tratam-se de escolhas para futuro daquele espaço. É a cidade dizendo para si mesma o que ela quer ser no futuro: um aglomerado de pessoas e coisas, deficientemente organizado e gerador de problemas, ou um espaço organizado onde as pessoas têm acesso de forma mais igualitária a serviços e possam morar, circular, trabalhar e recrear. A escolha parece óbvia, mas ela impõe a ruptura com a lógica da cidade que cresce baseada tão somente em interesses econômicos, o que já é uma tarefa enorme, bem como a criação de uma cultura de participação coletiva, pois a superação da lógica puramente econômica exige um novo modelo de desenvolvimento, um modelo que deve ser criado a partir dos anseios da própria população, pensando o bem comum para si e para as futuras gerações.



MARCELO MOREIRA!

Tenente, Presidente de Associação Educacional, torcedor do Flamengo e Professor!

Qual a sua atuação na Polícia Militar de Minas Gerais?

Ingressei na Polícia Militar do estado de Minas Gerais no mês de abril do ano de 1999, no curso de formação de Soldados. Fiz o curso de Formação de Sargentos e o Curso de Habilitação de Oficiais. Atualmente, exerço as funções de Chefe da Seção Administrativa e de chefia do Núcleo de Justiça e Disciplina do 11º Batalhão da Polícia Militar em Manhuaçu. No serviço operacional, exerço as funções de coordenação do policiamento da Unidade, compreendendo a atuação nos vinte e quatro município que compõem o 11º Batalhão da Polícia Militar.

Quais são as responsabilidades de um Tenente?

O Tenente tem a grande e nobre missão de gerenciar as atividades de gestão operacional e administrativa, realizar atividades jurídicas em processos e procedimentos administrativos, tais como: sindicâncias administrativas, autos de prisão em flagrante delito, inquéritos policiais, levantamentos preliminares em infrações penais e administrativas, dentre outros encargos. Ele exerce em suas atividades rotineiras ações importantíssimas para o funcionamento da execução administrativa e operacional das Unidades Policiais Militares, sobretudo no que diz respeito à promoção da paz social.

Você desenvolve algum projeto social ou educacional na instituição? Qual?

Atualmente, exerço as atividades de professor nos cursos de formação e aperfeiçoamento dos policiais militares do 11º BPM. Como forma de contribuir para uma educação melhor de nossas crianças na Unidade Policial de Manhuaçu, criamos uma associação educacional sem fins lucrativos, a AEICF, na qual exerço a função voluntária de presidente. Essa associação mantém uma escola infantil na Unidade e atende 110 alunos filhos de policiais militares e civis com idade entre três e cinco anos. Trata-se de um grande projeto em parceria com os órgãos públicos para oferecer educação de qualidade às nossas crianças.



Se pudesse dar um conselho a quem está se preparando para o ingresso na Polícia Militar, qual seria?

A Polícia Militar de Minas Gerais é uma Instituição bicentenária, a mais antiga instituição policial militar da Federação. Fazer parte da PMMG requer vocação, honestidade e compromisso em cultivar valores pessoais, familiares e sociais. O meu conselho aos que têm interesse em ingressar na PMMG é se dedicar aos estudos e manter o foco. Na atualidade, os concursos públicos estão concorridíssimos e a aprovação demanda preparação para vencer a disputa por uma vaga. Então, se você tem vocação para a profissão policial militar leve a sério os estudos, inteire-se dos editais do certame, prepare-se fisicamente e psicologicamente, assim com certeza alcançará o seu objetivo.

Para além da farda, que tipo de atividade você gosta de fazer no seu dia a dia?

Apesar de meu dia a dia ser de muitas atividades profissionais: além das funções militares, da presidência da associação educacional infantil e da docência no ensino superior do curso de direito do UNIFACIG, gosto de viajar, assistir séries e documentários na televisão. Quando posso, pratico atividades físicas e gosto muito de futebol, pois todo flamenguista é apaixonado pelo futebol. Adoro ficar em casa junto com minha filha e minha esposa, pois considero o lar e a família reconfortante e fortalecedor.

Quais foram os maiores desafios de sua carreira profissional?

Um dos grandes desafios que tive em minha carreira militar foi atuar em uma ocorrência policial de assalto a banco em que um vigilante do banco e um policial militar sob o meu comando faleceram. Nosso juramento é servir a sociedade até com o sacrifício da própria morte, mas quando nos deparamos com situações de perda de colegas de trabalho durante o serviço nos marca muito. Somos seres humanos com sentimentos e medos como qualquer pessoa. Esse amigo convivia comigo durante o trabalho, era uma excelente pessoa e a forma como perdeu a vida, com ações perpetradas por criminosos, marcou-me muito.

Que sonhos te motivam?

Sempre tive muitos sonhos, dentre os quais inúmeros se realizaram. Estudar, profissionalizar, constituir família e ensinar os filhos a serem boas pessoas. Parecem sonhos simples, mas, no mundo atual, tornam-se tarefas difíceis. Hoje e para o futuro, os sonhos que me motivam são encerrar minha carreira militar com saúde e poder desenvolver mais projetos sociais e que envolvam a transformação das pessoas para termos uma sociedade fundada nos bons princípios éticos, profissionais e sociais.



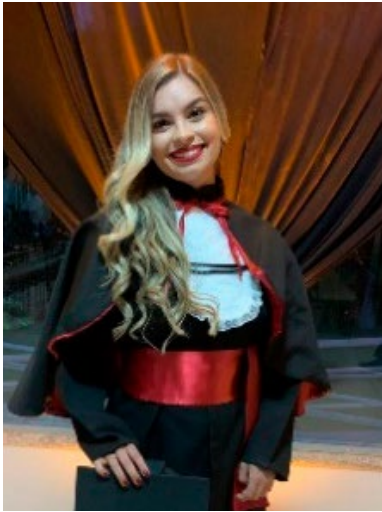
www.unifacig.edu.br/ead

**ENSINO
PREMIUM**

PARA QUEM NÃO ACEITA O BÁSICO!



Qual a fórmula para aprovação no exame de ordem?



Geovana Gomes Gouvea

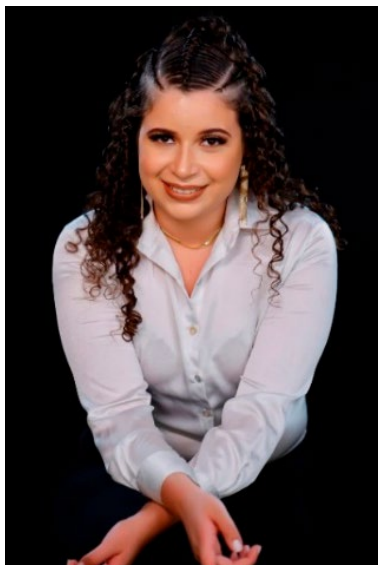
@geegouvea

“Todos querem a fórmula mágica para passar na OAB, contudo, realizam e traçam caminhos complexos e mais difíceis do que necessário para isso, quando na verdade o resultado positivo vem quando há apenas alguns atributos desempenhados no dia a dia dos estudos: esforço, disciplina e comprometimento!”

Bernardo Henrique Pereira Marcial

@marcialbernardo

“A faculdade faz a aprovação, eu acho que o mais difícil para conseguir a aprovação na OAB é a confiança e tranquilidade na hora da prova. Após 5 anos vendo todos os conteúdos, nos meses anteriores a primeira fase o exame o que me ajudou foi resolver questões para relembrar a matéria e saber quais pontos necessitavam de revisões. Aprovado na primeira fase, você ganha alguns meses para se focar intensamente em estudar a teoria da matéria escolhida para a prova discursiva, sempre escolha a matéria que você gosta, pois o estudo com amor sempre é mais produtivo.”



Emmanuelle da Silva Viana

1. Cuidar da sua saúde mental.
2. Ter um cronograma de estudos (blazute, ceisc, gran)
3. Estudar por questões
4. Realizar simulados aos finais de semana
5. Priorize os estudos, mas não deixe seu lazer de lado”



O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO ESCRAVO E DO TRÁFICO DE PESSOAS

Carlos Haddad (UFMG), Livia Miraglia (UFMG) e Roberta Puccini (UFMG)

A Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Faculdade de Direito da UFMG (CTETP), cuja criação data de 2015, está calcada em três eixos indissociáveis da educação superior brasileira: ensino, pesquisa e extensão. O projeto tem como objetivo primordial prestar assistência jurídica gratuita às vítimas de trabalho escravo e tráfico de pessoas, normalmente em situação de vulnerabilidade e destituídas de conhecimento dos mais básicos direitos. Essa dimensão da extensão do ensino universitário conta ainda com o Projeto Escolas, em que se visitam instituições de ensino públicas e privadas para disseminar o conhecimento do tema entre estudantes do ensino fundamental, médio e superior.

O ensino também é foco do grupo de estudos da CTETP, com temas que se renovam a cada semestre e que conta com participantes de todo o país e mesmo do exterior. A pesquisa volta-se à elaboração e à consolidação de bases teóricas e jurídicas acerca da real situação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas no Brasil e no mundo. Destacam-se, nesse ponto, parcerias com órgãos públicos e estudos realizados a pedido de órgãos internacionais, como o PNUD e a OIM, elaborados com o objetivo de coletar dados e de formar rede doméstica de parceiros, que permitam contínuo fluxo de informações, mecanismo essencial para a estruturação de políticas públicas.

A CTETP toma, para si, a missão de difundir, tanto no interior como no exterior dos círculos acadêmicos, informações precisas acerca do tráfico de pessoas e do trabalho escravo contemporâneo – tarefa bastante significativa quando se pensa que, para o senso comum, o trabalho escravo ruiu no século XIX. Embora, em termos jurídico-formais, tenha sido abolido em 13 de maio de 1888, sabe-se que o problema persiste no país, ainda que não se manifeste por meio das mesmas feições de outrora.

Segundo António Manuel Hespanha, é necessário lembrar que o presente constitui uma combinação aleatória dentre os muitos arranjos que os valores do passado poderiam ter criado, de maneira que a historicidade resida nas descontinuidades entre os distintos tempos históricos. Logo, se o passado não esculpe o presente a partir da imposição direta desses valores, é preciso cautela para compreender o trabalho escravo contemporâneo, cuja configuração prescinde de grilhões e de aços.

O trabalho escravo manifesta-se como uma hidra, e suas múltiplas faces foram definidas em 2003, com a nova redação dada ao crime previsto no artigo 149 do Código Penal. A legislação definiu as modalidades da redução à condição análoga à de escravo, nos seguintes termos: submissão a trabalho forçado, à jornada exaustiva ou a condições degradantes de trabalho; restrição, por qualquer meio, da liberdade de locomoção em razão de dívida; e cerceamento do direito de se desvincular do local de trabalho. O tráfico de pessoas, por sua vez, tem estória mais recente. Da exclusiva finalidade de exploração sexual passou, em 2016, a alcançar condutas que, por meio de fraude, abuso, coação, violência e ameaça, visam a impor qualquer tipo de servidão à vítima, promover adoção ilegal, remover órgãos ou submeter ao trabalho escravo, conforme estatuído no art. 149-A do Código Penal.

O arcabouço normativo para o enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas já existe, resta apenas aos órgãos públicos e à sociedade civil bem desempenhar seu papel para reduzir a prática ilícita. Nessa perspectiva, o combate contra essa indesejada realidade se fortalece pelo estabelecimento de parceria entre a CTETP com o Centro Universitário UNIFACIG. A união de esforços das duas instituições tem por objetivo estender a assistência jurídica às vítimas em Minas Gerais, vitaminar os estudos regionais para a elaboração de políticas públicas e contribuir para a redução do crime no estado, que ano após ano registra recordes de resgate de trabalhadores no Brasil.

Que os números de trabalho escravo no Brasil não ensejem desânimo, mas sim desejo de mudança e esperança. A exemplo do eu lírico de “Mãos Dadas”, poema de Carlos Drummond de Andrade, que não sejamos o poeta de um mundo caduco, nem cantemos o mundo futuro; pelo contrário, consideremos a realidade e dela não nos afastemos; “vamos de mãos dadas”.

pós
GRADUAÇÃO

CIÊNCIAS
JURÍDICAS

33 3339-5500 | unifacig.edu.br


UNIFACIG
EAD
ENSINO A DISTÂNCIA



Saiba mais!



APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO DE NASH NA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: COOPERAÇÃO COMO FORMA DE MAXIMIZAÇÃO DE GANHOS

Eliana Guimarães Pacheco e Reinaldo Pinto Lara

São notórias as mudanças aferidas no ordenamento jurídico brasileiro com o advento do Novo Código de Processo Civil, que abarcou em primazia no seu texto legal o incentivo à adoção dos métodos autocompositivos na resolução dos conflitos, em especial a mediação e conciliação, objetos do presente estudo. Denota-se que o legislador almeja alcançar a efetividade da prestação jurisdicional, pois se vê sob o dilema, do dever legal de satisfazer de forma célere e eficiente as demandas que lhe são propostas e a possibilidade, de na prática concretizá-las, haja vista, que se veem sobrecarregados e incapazes de atender em tempo hábil tudo que é proposto. Desta

feita, busca-se alcançar com o estudo abaixo as bases doutrinárias e legais que consubstanciam os mencionados métodos no intuito de indicar como esses podem contribuir para a materialização do princípio do acesso à justiça. Fazendo-se por oportuno indicar a contribuição do Princípio do Equilíbrio de Nash preconizado na “Teoria dos Jogos” no entendimento estratégico da cooperação na prática da conciliação e mediação no âmbito judicial e extrajudicial. Nesse viés, utiliza-se como base teórica a pesquisa exploratória por intermédio da revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais que fundamentam os argumentos do presente artigo.



**CLIQUE AQUI
PARA LER**



FACULDADE & TRABALHO

Maria Paula Matos Medeiros
@matos_maria123

Você já ouviu a frase “o homem para ser completo precisa trabalhar, estudar e lutar”? Eu já. O que Sócrates não falou é que se você estuda e trabalha ao mesmo tempo, automaticamente você já está lutando. A vida de quem trabalha e estuda não é uma tarefa fácil de se encarar, digo isso com propriedade, pois vivencio essa jornada. Para isso, você precisa se dividir para arcar com duas realidades extremamente intensas. Terribili Filho classifica os estudantes de ensino superior em três categorias:

estudante, estudante-trabalhador e trabalhador-estudante. O nosso foco de análise é o estudante-trabalhador, aquele que trabalha, porém, sua prioridade está nos estudos. É bem certo que o trabalho sem uma boa administração e planejamento pode atrapalhar os estudos, mas para discutirmos se, de fato, o trabalho prejudica o nosso desenvolvimento acadêmico, é preciso analisarmos os prós e os contras da questão. Então, vamos lá:

OS CONTRAS: É bem provável que o maior impasse que o estudante-trabalhador encontra em seu dia a dia é o cansaço físico e mental, afinal, é difícil ter um tempo de descanso de qualidade quando se tem demandas do emprego e demandas da faculdade. Não somente, é preciso juntar esse cansaço ao deslocamento entre a casa, o trabalho e a faculdade, além das atividades extracurriculares e os trabalhos acadêmicos. Deu para se desesperar só de ler né? Mas calma, para uma geração tão imediatista é interessante dizer que essa jornada dupla será muito benéfica a longo prazo. Por isso, minha intenção aqui é mostrar o que tem me motivado a me manter nessa caminhada um tanto quanto agitada.

OS PRÓS: Digo com certeza que, pelo menos para mim, a maior vantagem de trabalhar enquanto graduando é se desenvolver rapidamente – o que muitos não sabem é que, para alcançar esse desenvolvimento, não necessariamente o seu emprego precisa estar ligado à área de atuação que escolheu. Por exemplo, antes do meu primeiro emprego, eu tinha uma imensa dificuldade em falar com as pessoas por ligação de voz – não me julgue, sou da geração do WhatsApp. Por ser uma das minhas demandas no trabalho, pude ver, pouco a pouco, a minha evolução no atendimento ao público via ligação. São esses pequenos desenvolvimentos que julgo fundamentais, eles irão construindo a sua personalidade profissional, principalmente

se estiverem direcionados à sua área. Além disso, uma boa motivação é o auxílio financeiro, pois você pode aproveitar a vida universitária já com uma certa independência financeira, até porque esperar o término da formação para começar a ganhar dinheiro não é uma possibilidade para todos. Outro benefício é conhecer a realidade do mercado de trabalho. O emprego pode te proporcionar uma maturidade que fará toda diferença, além de enriquecer o seu currículo. Para aqueles que estão em suas áreas, a situação pode melhorar ainda mais,

pois usufruem da teoria (curso) e da prática (emprego).



Pois é, como falei, tenho muitas motivações para me manter nessa rotina. E você? Acha que compensa? Como já mencionei, uma vida como essa só valerá a pena de verdade se você tiver hábitos que lhe ajudem. Por isso, segue algumas dicas que tem me auxiliado no dia a dia:

1. Dividir bem os seus horários - ter disciplina é fundamental para você não se frustrar. No seu momento de trabalhar, trabalhe. No momento de estudar, estude. No momento de descansar, descanse. Entenda, seu lazer é de extrema importância para sua saúde mental, por isso, não fique se martirizando por ter assistido a sua série no final de semana.

2. Defina o que é prioridade em seus estudos - entenda que você não tem todos os dias livres para estudar, por isso, quando chegar o momento de estudar priorize aquilo que te fato é importante e o que tem mais dificuldades.

3. Pare de se comparar com quem está em uma situação diferente da sua - comparar o seu rendimento com alguém que pode estudar o dia todo não vai mudar a sua realidade, só irá te magoar. As pessoas que estudam o dia todo conseguem estar a par de tudo mais rápido? Sim. Isso significa que você deve desistir? Claro que não! Então pegue esses limões e faça uma limonada. Cada um tem condições em realidades diferentes, aproveite as suas e se planeje.

Volto a dizer que essa rotina não é nem um pouco fácil e, infelizmente, não são todos que tem a oportunidade de escolha, por isso para aqueles que, como eu, estão tentando fazer dar certo, descobrir o que funciona e o que não funciona na sua organização é essencial. É difícil, mas creio não ser impossível.

CINTIA MATOS, A FORÇA E O PODER DA MULHER NA AGRICULTURA



Cintia Matos durante sessão do Itamaraty como representante das mulheres da agricultura, em comemoração ao Dia Internacional do Café no Palácio do Itamaraty.

A revista *Cenário Estelar* entrevistou um dos maiores nomes da agricultura nacional. Mulher, casada, acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário UNIFACIG, produtora de café, sócia-fundadora da Aliança Internacional das Mulheres do Café – IWCA Basil, situada em mais de 24 países produtores e consumidores, Cintia Matos (@cintiamatosm_) demonstrou força ao ser eleita uma das 100 mulheres mais poderosas do agro pela *Forbes Brasil*. Confira a entrevista:

Conte-nos um pouco sobre a sua história?

Meu nome é Cintia Matos, sócia fundadora da Aliança Internacional das Mulheres do Café – IWCA Basil. Hoje estou como presidente da Associação de Mulheres do Café da Região das Matas de Minas e Caparaó – AMUC. Nasci no estado do Rio de Janeiro, mas vivo desde criança em Minas Gerais na cidade de Reduto. Fui criada dentro de um viveiro de café, assinei minha carteira com 13 anos de idade neste viveiro, onde a maioria dos moradores de Reduto trabalhavam, isso me permitia ver como o café era importante para nossa região. Cresci, então, apaixonada nessa cultura e sempre observando as pessoas, observando a minha mãe sempre líder, tendo grande empatia e praticando sempre solidariedade com os vizinhos. Entendi que café e pessoas era uma combinação importante não apenas no trabalho, na produção, mas também na responsabilidade social e econômica de famílias e região. Fui embora estudar cafeicultura no Instituto Federal de Alegre no Estado do Espírito Santo, onde além de entender todo processo de produção e gestão da cafeicultura, aprendi sobre o cooperativismo e associativismos e percebi que a coletividade é um ponto fundamental para que agricultura do Brasil e principalmente a familiar dê certo. Não foquei somente na produção do café, tentei entender toda cadeia, as certificações, as organizações coletivas e o que o mundo espera desse produto. Com esse foco em uma agricultura coletiva, inclusa e com muita empatia fui ganhando meu espaço.

Você atua hoje com quais parcerias?

Hoje nossa atuação é muito seria e respeitada, trabalhamos nossos projetos com instituições como Sebrae, União Europeia, ONU Mulheres, FAEMG/SENAR, Apex Brasil/CNA, Cooperativas de Crédito e Produção, Embrapa Café, empresas da região etc. Organizações que têm a mesma missão e visão que as nossas, isso é muito importante para nosso trabalho que todos congreguem do mesmo objetivo.

Quais segmentos você representa?

Hoje represento organizações que trabalham com o empoderamento de mulheres na área rural e agrícola, como AMUC, IWCA Brasil, IWCA Internacional, projetos voltados para Devida Diligência de Direitos Humanos através da CLAC/FAIRTRADE e Projeto de gênero dentro dessa organização.

Qual a sua atuação na área do café?

Além de produtora, atendo cooperativas e associações espalhadas pelo Brasil como gestora da certificação Fairtrade pela Coordenadora Latino Americana e Caribe para produtores(as) e trabalhadores(as) do Comércio Justo. Nos movimentos coletivos e políticos para tomadas de decisões, faço parte do Conselho de Entidade das Matas de Minas - órgão que gerencia o trabalho de origens em nossa região e minha melhor atuação é trabalhar a representatividade Feminina na cafeicultura, que está dando super certo. Já temos mulheres ganhando concursos de qualidade nacional e internacional, inseridas na política, que hoje fazem parte de diretoria de organizações onde só se viam homens. São 17 anos de muita luta e cabeça sempre erguida nestes movimentos coletivos. A decisão de voltar para a sala de aula e escolher o curso de Direito é justamente para poder crescer ainda mais neste movimento e principalmente no âmbito político, vi que o Direito abrirá portas importantes.

O que representa para você estar entre as 100 mulheres mais poderosas do agro?

Não sei explicar, foi um susto ser escolhida entre estas 100 mulheres e sair na revista Forbes. Minhas pernas tremiam, as pessoas me ligando, mandando mensagem de norte a sul do Brasil.

Essa premiação é dedicada a todas as mulheres do café que estão comigo, incentivando-me todos os dias. Passei por tantas coisas, frases ofensivas, vi mesas ocupadas somente por homens, enquanto nós estávamos lá, com o mesmo objetivo e desafio, porém sem espaço. Já ouvi “se você colocar mulheres na política da organização eu acabo com o seu projeto”. Então, depois desse prêmio, de ser indicada não apenas por organizações de Minas Gerais, mas também em âmbito nacional, tive a certeza de que estou no caminho certo. Já falei para 10 mulheres e para 1.000; já falei para vereadores de cidades pequenas e para Ministros de Estado; já discurssei em vários estados brasileiros e fora do Brasil. Hoje posso dizer que merecia esse prêmio, não só eu, mas todas.



BACHAREL OU LICENCIATURA

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA



Érica Prata é coordenadora do curso de Educação Física do Unifacig
[@ericaprataoliveira](#)

A coordenadora do curso de Educação Física, Msc. Érica Prata de Oliveira, apresenta um pouco sobre o curso e suas formações em Bacharelado e/ou Licenciatura. O curso de Educação Física do Centro Universitário Unifacig oferece dupla formação. O aluno ingressante poderá optar no 4º período sua formação em bacharelado ou em Licenciatura, e ainda se preferir ter as duas formações em 5 anos. Mas afinal qual a diferença entre ser Bacharel e ser Licenciado em Educação Física?

O Bacharel possui uma ampla área de atuação, que envolve muito além das academias. Sua formação humanista, crítica e reflexiva permite atuação de forma individualizada ou em grupos:

- **Treinamento esportivo** - sendo capaz de identificar, avaliar e aplicar métodos e técnicas de aprendizagem e aperfeiçoamento de modalidades esportivas.

- **Preparação física** - sendo capaz de prescrever e orientar atividades físicas com objetivo de melhorar o funcionamento fisiológico, condicionamento e desempenho físico.

- **Avaliação física** - sendo capaz de colher dados aplicando métodos e técnicas de medidas e avaliação com objetivo de avaliar condicionamento físico.

- **Recreação** - sendo capaz de planejar, coordenar e aplicar atividades de caráter lúdico e recreativo promovendo perspectivas de lazer ativo e bem-estar aos praticantes.

- **Orientação em atividade física** - sendo capaz de planejar e aplicar diversos exercícios com objetivos de prevenção de doenças, manutenção da saúde através de lazer ativo e socialização.

- **Gestão em Educação Física e desporto** - sendo capaz de planejar, desenvolver e aplicar técnicas e métodos na administração ou gerenciamento de instituições com atividades voltadas para exercício físico ou desporto e ainda atuar na prescrição e orientação de atividades físicas no contexto hospitalar, com funções de atuar promoção, prevenção, recuperação, reabilitação, tratamento e cuidados paliativos da saúde física e mental, na área específica ou de forma multiprofissional.

Já o Licenciado deverá seguir a área da docência em Educação Física, atuar na recreação de atividades, promovendo atividades de caráter lúdico e de socialização; orientação em atividade física, programar, orientar e aplicar planos de atividades variadas, promovendo maior diversidade de movimentos motores; na gestão; organizar e administrar instituições de ensino. O Licenciado poderá atuar na educação infantil, fundamental e ensino médio. Com especialização e formações complementares, poderá atuar em curso profissionalizantes, faculdades e pesquisas. O curso de educação Física oferece uma formação completa, para promover a saúde através do movimento! Saiba mais [CLICANDO AQUI!](#)